## MUNICÍPIO DE JABORÁ - Informações sobre parceria celebrada.

Art. 10 da Lei 13.019/14, de 31 de julho de 2014.

| Chamamento Público                        | Dispensa do Chamamento N.º 02/2017.   |  |
|---|---|--|
| Instrumento de Parceria                   | Termo de Colaboração 001/2017   |  |
| Plano de Trabalho                         | Plano de Trabalho   |  |
| Órgão Público responsável                 | Secretaria de Desenvolvimento Social.   |  |
| Data de assinatura do<br>Termo            | 07/06/2017  |  |
| Nome da Organização da<br>Sociedade Civil | Associação Patronato Anjo da Guarda.  |  |
| Nº de inscrição no CNPJ                   | 84.590.256/0001-96  |  |
| Descrição do Objeto da<br>Parceria        | Conforme o previsto no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, pactuado entre os entes federados compromissários (Municípios de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita) onde os mesmos reconhecem ser de suas responsabilidades a manutenção do serviço de Acolhimento Institucional na Comarca de Catanduvas, devendo para tal, adotar todas as medidas administrativas e legislativas necessárias a contribuir ao correto funcionamento da instituição constituída na forma de sociedade sem fins lucrativos denominada Sociedade Patronato Anjo da Guarda, a qual reconhecem, que ao longo de vários anos vem desempenhando o importante serviço na Comarca. Assumem, para tanto, a obrigação de fazer consiste em arcar, mês a mês, com as despesas de manutenção da unidade de acolhimento institucional, necessárias à garantia do seu pleno e regular funcionamento, fazendo incluir nas respectivas Leis Orçamentárias Municipais dotação suficiente para tanto, em tópico específico, ou promovendo a abertura de créditos adicionais na forma da lei e sempre que necessário, sempre promovendo as adequações necessárias para que sejam cumpridas todas as exigências e normas emanadas da Lei n. 4.320/64, bem como da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). |  |
| Vigência da parceira                      | 07/06/2017 a 06/01/2018 / 07 meses.   |  |
| Valor Total da Parceria                   | R\$70.000,00(Setenta mil reais).  |  |
| Valores liberados                         | Parcelas mensais no valor de R\$10.000,00(Dez mil reais)  |  |

| Situação da Prestação de Contas |                                 |                                 |                       |                      |  |  |
|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------|----------------------|--|--|
| Parcela                         | Data prevista para apresentação | Data da efetiva<br>apresentação | Prazo para<br>análise | Resultado Conclusivo |  |  |
| 01 a 07/12                      |                                 |                                 |                       |                      |  |  |

Conforme o previsto no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, pactuado entre os entes federados compromissários (Municípios de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita) onde os mesmos reconhecem ser de suas responsabilidades a manutenção do serviço de Acolhimento Institucional na Comarca de Catanduvas, devendo para tal, adotar todas as medidas administrativas e legislativas necessárias a contribuir ao correto funcionamento da instituição, optamos por uma prestação de contas anual. Nosso Termo de Colaboração, prevê a prestação de contas até 60(sessenta) dias após o término do exercício financeiro, data que deve ser aproximadamente no dia 01/03/2018. Somente após a apresentação da prestação de contas é que será divulgado o resultado conclusivo.

| Equipe de Trabalho                       |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
| Total da Remuneração da Equipe           | Embora essa parceria realize pagamentos |  |  |  |
| Funções que seus integrantes desempenham | a título de remuneração, precisamos     |  |  |  |
|  | aguardar até a prestação de contas para |  |  |  |
| Remuneração prevista para o exercício    | verificarmos os pagamentos realizados,  |  |  |  |
|  | bem como os respectivos valores.        |  |  |  |

Para atender ao disposto no Art. 12 da Lei 13.019/14, informamos que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o sistema de controle interno, conforme previsto no §2º do Art. 2º da Lei Complementar Nº 069/2005, de 18 de julho de 2005.